



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
11ª andar

ATA Nº 6241060/2020

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

| | | |
|----------------------------|--|--|
| Evento: | 5.ª Audiência Pública do Orçamento-Programa Participativo (<i>iNovaJusp</i>) | |
| Data: | 06/11/2020 | |
| Horário: | 14h00 | |
| Local: | Ambiente virtual via ferramenta <i>Microsoft Teams</i> | |
| Componentes da Mesa | Marcio Ferro Catapani | Juiz Federal Diretor do Foro |
| | Leticia Dea Banks Ferreira Lopes | Juíza Federal Vice-Diretora do Foro da capital |
| | Samuel de Castro Barbosa Melo | Juiz Federal Vice-Diretor do Foro do interior |
| Processo: | 0021288-37.2020.4.03.8001 | |

ASSUNTOS DEBATIDOS

ABERTURA

O Exmo. Juiz Federal Diretor do Foro Dr. Márcio Ferro Catapani deu início à audiência cumprimentando todos os presentes, pontuando que tradicionalmente este evento é realizado pessoalmente, mas que, infelizmente, este ano, por motivos óbvios os quais não cabe explicitar, estamos realizando-o de forma virtual.

Fez uma breve apresentação de nossa situação orçamentária, explicitando as questões enfrentadas no ano corrente, bem como o cenário minimamente previsível para o ano de 2021. Ponderou que o ano de 2020 foi absolutamente atípico para todos os órgãos integrantes do sistema de Justiça e que tivemos que reaprender a trabalhar e nos esforçar para atuar de forma diferente para que nossas atividades não deixassem de ser realizadas.

Do ponto de vista especificamente orçamentário, explicou que foi também um ano atípico. Que terminamos o ano de 2019 com uma perspectiva de grande aperto orçamentário e dificuldade na obtenção de recursos. Porém, a partir de março 2020, com a edição do Decreto n.º 06/2020, que reconheceu, para os fins do art. 65 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, as coisas mudaram de rumo por dois motivos. Em primeiro lugar passamos a ter economia com algumas rubricas orçamentárias. Por outro lado, o próprio Decreto permitiu, por conta dos mecanismos de responsabilidade fiscal, que não houvesse um arrocho maior em nosso orçamento e isso fez com que tivéssemos uma sobra para gastar dada a economia gerada pela pandemia. No entanto boa parte do planejamento que tínhamos para nossos gastos ficou prejudicado. Primeiro porque tivemos que priorizar alguns serviços e aquisições que não estavam no planejamento, fazendo com que as aquisições programadas sofressem atrasado. Em segundo lugar, tivemos grande

dificuldade com nossos parceiros externos (empresas fechadas, que não estavam funcionando ou que estavam trabalhando em quantitativo de horas e pessoal reduzido, etc), ocasionando licitações e processos mais trabalhosos e demorados do que numa circunstância de normalidade e dificultando bastante a nossa execução orçamentária de 2020.

Em contrapartida, explicou que ainda assim uma série de projetos pôde ser realizada: investimento maciço na digitalização dos processos físicos ainda existentes para permitir que um maior número de pessoas, tanto servidores quanto os atores externos que atuam na Justiça Federal, pudessem trabalhar de forma remota ou não presencial; priorização da gestão documental com foco na eficiência da gestão do acervo de processos físicos e aprimoramento da modalidade de trabalho à distância que já vinha sendo experimentada na Justiça há algum tempo, entretanto, teve que ser implementada na quase totalidade de nossas atividades em caráter emergencial por conta da pandemia.

Disse ainda que o ano de 2021 é um ano de absoluta incerteza do ponto de vista orçamentário e administrativo. Que a queda da receita neste ano, compensada pela edição do Decreto de Calamidade Pública, acabou por não afetar tanto o nosso orçamento, entretanto, para o ano que vem, não sabemos se as medidas constantes no normativo persistirão. Que estamos tentando nos preparar para todos os cenários.

Foi dada a palavra à Exma. Juíza Federal Vice-Diretora do Foro da capital, Dra. Leticia Dea Banks Ferreira Lopes, que pontuou que a Diretoria do Foro tem tentado se adequar aos desafios impostos a esse ano e que de uma maneira geral tem conseguido dar passos importantes. No seu caso, que tem trabalhado com a gestão documental, explicou que é um desafio imenso saber como vamos lidar com esse acervo. Acredita que estamos vivendo uma fase de transformação e que precisamos estar em constante adequação e busca por novas soluções. Elogiou a audiência pública afirmando o quanto o olhar externo é importante.

Em seguida, Dr. Márcio passou a palavra ao Exmo. Juiz Federal Vice-Diretor do Foro do interior, Dr. Samuel de Castro Barbosa Melo, que, assim como a Dra. Letícia, elogiou a iniciativa da Audiência Pública por se tratar de uma forma de participação democrática na gestão pública, em especial com a participação dos usuários do serviço público. Como Vice-Diretor, explicou que vem atuando na coordenação da digitalização dos processos físicos e que apesar dos percalços ocorridos neste ano, tentaram manter o ritmo de digitalização que já vinha sendo dado nas fases anteriores. Lembrou que no período da pandemia foi realizada a digitalização dos processos criminais tanto da capital quanto do interior e que em 31 de dezembro próximo se findará a Fase 3 do processo de digitalização, com a conclusão dos processos criminais, execuções fiscais e de algumas ações de natureza coletiva, e que o remanescente do acervo ficará para o próximo ano. Finalizou agradecendo a todos e a oportunidade de aprendizado.

PROJETOS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

Concluída a abertura do evento, Dr. Márcio informou que o Diretor em exercício da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças - UPOF, Anselmo Vargas Antenor, faria uma exposição da perspectiva orçamentária para 2021 e em seguida cada Diretor das subsecretarias administrativas faria uma exposição de alguns projetos de suas respectivas áreas para o ano vindouro.

Anselmo explicou que o orçamento de 2021 corresponde ao orçamento de 2020 acrescido de 2,62 %, que o mesmo foi definido conforme orientações do Conselho da Justiça Federal e que segue disposições da EC n.º 95/2016, emenda que criou o teto de gastos. Disse ainda que, conforme já explicitado, por conta das incertezas trazidas pela pandemia, ficará difícil fazer uma estimativa das receitas para o ano que vem. Alertou que, caso o cálculo da meta fiscal continue sendo feito da forma usual e a arrecadação dos tributos não venha a corresponder as estimativas do Governo Federal, poderá causar contingenciamentos no nosso orçamento e, por consequência, uma limitação de empenhos, mesmo que temporariamente, dificultando a execução orçamentária na Justiça Federal. Afirmou que a Diretoria do Foro vem envidando esforços para reduzir os gastos e adequar as despesas e que a UPOF vem acompanhando com atenção as recomendações do Conselho da Justiça Federal - CJF e do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região - TRF3 com relação a execução orçamentária do ano que vem.

A seguir se manifestou a Diretora da Subsecretaria de Gestão de Pessoas - UGEP Cintia Miluzzi. A servidora argumentou que o grande projeto para 2021 será a implementação da Resolução PRES n.º 370/2020, que instituiu as três modalidades de trabalho não presencial na 3.ª Região. Aduziu que a grande expectativa é fazer o processamento de todos os pedidos, que chegarão a partir de janeiro do ano que vem, e reorganizar as atividades dos servidores solicitantes. Que a estimativa é que mais da metade dos servidores da Justiça Federal vá aderir a uma dessas três modalidades. Lembrou que outras demandas surgirão por conta desse novo formato de trabalho pois ainda estamos numa fase experimental, mencionando que a área médica e de psicologia já tem pensado em uma nova etapa que ocorrerá por volta de um ano e meio após a implementação do normativo, em que poderá se verificar como estará a saúde mental e ortopédica desses servidores. Outro grande projeto indicado é a concretização da realização de exames médicos periódicos, o qual ainda não conseguimos colocar em prática por conta do insucesso nas licitações.

Dr. Márcio fez um adendo explicando que a Resolução PRES n.º 370/2020 foi fruto de muito estudo e trabalho, que já vinha sendo discutida na gestão anterior, que é uma ideia antiga de modernização das nossas normas de teletrabalho e que no momento atual se mostrou muito oportuna. Acredita que temos, senão a norma mais moderna da Justiça brasileira, uma das mais modernas. Que estamos buscando fazer aquilo que aponta para o futuro dentro do nosso âmbito. Acredita também, conforme mencionado pela Diretora da UGEP, que a implementação da norma nos trará uma serie de desafios. Avisou ainda que já temos vídeos orientadores de nossas psicólogas, bem como um Manual de Teletrabalho que será sempre atualizado. Que estamos atentos para a necessidade de mudança de paradigma do nosso trabalho, sendo certo que esse assunto estará no nosso horizonte durante um bom tempo.

A Diretora da Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação - UCIN, Giselle Molinari Fessore, na sequência fez uma apresentação apontando dois projetos bastante significativos para a área. O primeiro diz respeito ao Sistema de Informações Prediais, projeto da Incubadora de Soluções Tecnológicas, que enfrenta o desafio de tornar o acesso a informação dos diversos prédios da Justiça rápido, seguro e eficaz. Para isso informou que foi iniciado no ano passado o projeto SIP e durante esse ano a subsecretaria está trabalhando na sua melhoria e no desenvolvimento da versão 2.0 com mais funcionalidades. Esclareceu que o projeto visa manter as informações dos prédios da Justiça Federal disponíveis para todas as áreas administrativas da Seccional e melhorar a qualidade da segurança e acessibilidade dos prédios permitindo o acesso imediato às informações de cada um. Disse que este ano foram incorporados ainda o mapa da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul e do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região para que tenhamos um sistema de informações prediais na 3.ª Região. Com relação ao segundo projeto, explicou que faz parte do Plano de Comunicação, elaborado e aprovado este ano, e diz respeito a melhoria da comunicação institucional no primeiro momento para depois extrapolar isso para a comunicação com o cidadão. Informou que o projeto chamado Allert, já aprovado, vem sendo trabalhado com a realização de todos os testes e provas de conceito para ser levado adiante no ano que vem com a aquisição do aplicativo de mesmo nome. Que se trata de uma mídia interna da Seção Judiciária que busca, dentre outros, integrar servidores e magistrados em todo o Estado e promover uma comunicação mais assertiva e impactante.

A Diretora da Subsecretaria de Compras, Licitações e Contratos - UCOL, Izabel Cristina Leite, reforçou o entendimento de que este foi um ano atípico e de muitas dificuldades, que impactaram também nos procedimentos de contratação. Que foram editadas muitas medidas provisórias trazendo novas regulamentações, o que acabou gerando dificuldades na área. Aliado a isso a Resolução PRES n.º 350, publicada em maio deste ano, instituiu novas diretrizes para o planejamento das contratações no âmbito da Justiça Federal da 3.ª Região. Paralelamente, no mês de agosto, foi editada pelo Ministério da Economia a Instrução Normativa n.º 73, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Que embora essas alterações tenham sido objeto de comunicados por parte da UCOL, verificou-se que as áreas demandantes e requisitantes continuam encontrando grandes dificuldades na aplicação desses novos

regramentos. Diante disso, entenderam que era necessário capacitar os servidores envolvidos no planejamento das contratações oferecendo subsídios em relação a adequada instrução do procedimento. Dessa forma, foram pensados dois projetos, que na verdade se complementam, envolvendo procedimentos de planejamento das contratações até a finalização do certame licitatório. Um dos projetos, do Núcleo de Compras e de Licitações - NULI, envolve a elaboração de um tutorial para contratações no âmbito da Justiça Federal de São Paulo, que visa oferecer subsídios às áreas para a adequada instrução do processo. Com isso, pontuou, ganhamos celeridade, minimizamos falhas na instrução do processo e, por consequência, minimizamos os apontamentos da Assessoria de Licitações e Contratos - ALIC, além de oferecermos a necessária segurança à Administração nas contratações em geral. O escopo do projeto é a entrega de um tutorial contendo o passo-a-passo das etapas de planejamento, correto preenchimento de formulários e autorizações necessárias, indicação de legislação aplicável e orientações adicionais quanto aos procedimentos pós-licitação. O outro projeto, da Seção de Planejamento das Contratações - SUPL, chama-se "descomplicando as contratações", que tem por objetivo primordial criar ferramentas de maior eficácia para a capacitação dos agentes responsáveis pelo planejamento das contratações. A execução do objeto envolve a realização de capacitação dos servidores com criação de um conteúdo didático sobre as etapas do planejamento das contratações, reformulação da página da UCOL na *intranet*, padronização de procedimentos com a criação de modelos de documentos e processos, elaboração de *check lists* para instrução de processos e campanha de divulgação das ações e das novas ferramentas que serão disponibilizadas.

A Diretora da Subsecretaria de Apoio Administrativo - UAPA, Jane de Albuquerque, informou que, como parte da equipe de digitalização dos processos físicos, capitaneada pelo Dr. Samuel, estão elaborando estudos para a realização de uma nova fase do projeto, entretanto, isso depende de disponibilidade orçamentária. Que este ano foi implantado o aplicativo *Faleweb*, permitindo aos servidores em teletrabalho acessar as centrais telefônicas da justiça, tanto para receber quanto realizar ligações, o que tem sido um grande aliado na manutenção do teletrabalho. Que em 2021 espera-se dar continuidade ao projeto, já iniciado este ano, de implantação do *E-carta*, um novo produto dos correios. Que a ideia é que possamos trabalhar com ele integrado ao PJe, trazendo não só a redução de custos, como facilitando o trabalho das varas. Que o outro projeto que vem sendo construído diz respeito à modernização e ampliação do nosso sistema de segurança pelo Circuito Fechado de TV - CFTV, implantado em 2016, buscando-se agregar novas tecnologias para que a segurança possa continuar sendo eficiente e efetiva.

Em seguida, Maria Helena de Almeida Santos, Diretora da Subsecretaria de Manutenção e Infraestrutura - UMIN, explicou que o principal projeto de sua área é a busca de meios para a redução de custos com aluguéis de prédios da Justiça. Disse que os esforços direcionam-se no sentido de renegociar contratos para redução dos valores do aluguel, diminuição dos índices de reajuste e proposta para que os proprietários arquem com a responsabilidade pelo pagamento do IPTU. De outra frente, seguem buscando parcerias com outros órgãos para compartilhar espaços com rateio de despesas. Pensando na questão da sustentabilidade, outro projeto da área é a construção de usinas fotovoltaicas. Assegurou que pretendem inaugurar em 2021 mais duas usinas nas subseções de Presidente Prudente e Assis, à exemplo do que ocorreu em Barueri. Ainda na seara da redução de custos, informou que os edifícios alugado da Justiça estão em processo de troca de lâmpadas pelo modelo tipo LED que gera maior economia. Pontuou que a área busca constantemente conscientizar as unidades administrativas e judiciárias por meio de campanhas e comunicados instrutivos voltados para a economia de energia. Por fim, solicitou que fosse dada a palavra ao servidor Gustavo Cambraia de Oliveira para que discorresse um pouco mais a respeito do projeto de de redução de gastos com energia.

Gustavo informou que em 2019 iniciaram uma série de estudos visando a redução de gastos de energia elétrica com atuação em três áreas: eficiência energética, parte tarifária e geração de energia própria por meio das usinas solares. Com relação à eficiência energética disse que foi feita a compra de lâmpadas LED para a troca de todo o parque de

instalação de iluminação da Justiça. Que iniciaram pelas edificações próprias e agora estão em fase de troca dos prédios alugados. Que paralelo a isso, existe projeto em andamento que visa modernizar o nosso parque de ar condicionados com tecnologias mais modernas e melhor rendimento e que também vão gerar no futuro economia significativa. Que além disso diversas medidas administrativas foram implementadas: restrição de horário de entrada nos prédios, redução de horário de uso de ar-condicionado, diminuição do usos de elevadores, etc. Na parte tarifária, pontuou que foi feito um trabalho de redução de demanda contratada nos fóruns com a renegociação de contratos em 2019, gerando impacto positivo já em 2020. Que estão realizando estudos iniciais para a compra de energia no mercado livre. Já na área de energia solar, iniciaram um projeto-piloto em Barueri, implantado este ano, com geração de energia a partir de agosto, o qual resolveram expandir para outros prédios próprios da Justiça. Para 2021, dando sequência a esse projeto, darão andamento à construção do parque de geração de energia em Presidente Prudente e Assis, cidades que ficam em regiões de grande incidência solar. Que o projeto encontra-se em fase de licitação aguardando parecer da Assessoria de Licitações e Contratos - ALIC.

Dr. Marcio acrescentou que 2020 foi um ano difícil no que diz respeito à questão de infraestrutura e obras pois diversas delas tiveram que ser paralisadas em virtude da pandemia. Que as empresas contratadas pediram sucessivas prorrogações de prazo, mas que estamos empreendendo todos os esforços para concluir a maior parte daquelas que já foram iniciadas em 2020 e iniciar aquelas programadas neste exercício ou, quando muito, no começo de 2021.

Jorge Cardoso Melchert, Diretor da Subsecretaria de Materiais, Arquivo e Gestão Documental - UMAD, escolheu dois projetos que considerou de suma importância para a área. Iniciou discorrendo sobre o projeto, que já vem sendo realizado junto a Diretoria do Foro e a Comissão Regional de Aprimoramento de Gestão de Bens Apreendidos - CORAGEB, que trata da destinação de bens acautelados no depósito judicial. São materiais nos quais os processos de origem já se encontram arquivados, porém, por diversos motivos, ainda não tiveram sua oportuna destinação. Que estão comprometidos no empenho de solicitar aos magistrados para que, quando possível, deem o devido destino a esses bens. O outro projeto diz respeito a gestão documental de processos físicos. Entende que existem milhares de processos judiciais e documentos administrativos no arquivo que já se encontram aptos a realização da gestão documental. Que será um trabalho grande e árduo pela frente. Que com o sucesso do projeto daremos uma guinada no que tange a diminuição do acervo arquivístico da Justiça Federal e assim teremos uma economia substancial com relação aos gastos com a guarda desses processos.

Dr. Márcio lembrou que do ponto de vista de arquivo temos um contrato com empresa terceirizada que armazena cerca de 6.500.000 (seis milhões e meio) de volumes e que este contrato encerra-se em setembro de 2021. Que já estamos preparando a licitação para contratação de nova empresa, bem como planejando a transferência desse arquivo para a futura contratada. Que estamos tentando ao máximo acelerar e buscar alternativas para fazer uma gestão documental eficiente e célere do nosso arquivo. Em seguida, agradeceu a todos os Diretores por suas explicações e passou a palavra às autoridades convidadas.

DEBATES

Dra. Maria Cecilia Pereira de Mello, representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, parabenizou a Justiça Federal pelo desempenho durante a pandemia, ressaltando a interlocução excepcional que a OAB e a Justiça tiveram neste momento. Pontuou que causou-lhe grande comoção a descoberta do enorme percentual, se não a maioria, de advogados sem recursos e necessitados. Disse que a OAB procurou dar certa assistência e implementar uma série de benefícios a esses membros, tais como, doação de cestas básicas e disponibilização de vacinas. Solicitou para que a Justiça, ao fazer escolhas para a alocação de recursos, levasse isso em conta, dado o universo de profissionais simples e sem recursos existentes. Por fim, agradeceu a participação e parabenizou novamente o trabalho.

Dr. Márcio reconheceu a dificuldade de termos noção da realidade vivenciada pela advocacia em diversos setores e por isso ressaltou a importância da manutenção desse

diálogo. Disse estar certo que tanto a Justiça Federal de 1.º Grau quanto o Tribunal estarão alertas quanto às necessidades da advocacia, em especial os setores que possuem maiores dificuldades de inserção em novas realidades. Disse ainda que a tecnologia, apesar de ajudar muito, possui seus limites e, portanto, precisamos buscar entender exatamente quais são esses limites e respeitá-los. Lembrou que não podemos perder de vista os profissionais mais velhos e aqueles que não tiveram a possibilidade de ter uma formação adequada, possuindo, portanto, dificuldades em lidar com uma tecnologia avançada, mas que precisam continuar exercendo seu ofício e o nobre papel na defesa dos direitos do cidadão.

A seguir foi dada a palavra ao Conselheiro da Associação dos Advogados de São Paulo - AASP, Dr. Antônio Carlos de Almeida Amendola, que compartilhou conosco uma pesquisa conduzida pela AASP no tocante à Justiça Federal respondida por 710 (setecentos e dez) advogados durante o período de 29/10/2020 a 04/11/2020. Explicou que a pesquisa continha um questionário de múltiplas opções em que se indagava quais eram os maiores problemas ou dificuldades enfrentados na Justiça Federal de São Paulo. Em primeiro lugar os advogados responderam que a maior dificuldade dizia respeito a morosidade, a despeito, conforme mencionado pelo Conselheiro, de todo o investimento que vem sendo feito em tecnologia. Sendo assim, ponderou que esses investimentos precisam seguir fortes, sugerindo ainda a criação de controles de produtividade e eficiência mais transparentes. Em segundo lugar os advogados escolheram a dificuldade de usabilidade do PJe, ao que Dr. Antônio Carlos pediu para que continuássemos com a atualização dos módulos do sistema, que sabe, estão em constante evolução. A terceira opção mais votada pelos associados refere-se a questão do atendimento, no qual Dr. Antônio Carlos ponderou que a parte mais preocupante relaciona-se com a possibilidade de acesso aos magistrados e de despachar com eles, bem como a necessidade de criação de um canal com informações acerca do andamento dessas solicitações. Em seguida foi apontada a necessidade de obtenção de contatos específicos de e-mail ou telefone. Dr. Antônio Carlos explicou que muitas vezes o advogado tem dificuldades em saber para quem apresentar um pedido ou reclamação dada a falta de informações. Assim, solicitou que o *site* da Justiça esteja muito claro com informações dos responsáveis pelos cartórios para facilitar o contato. O próximo quesito apontado diz respeito a conversão de autos físicos em digitais, no qual Dr. Antônio Carlos ponderou que continua sendo um desafio, apesar de maiores reclamações no passado, vislumbrando-se, portanto, que estamos indo por um bom caminho. A seguir foi levantada a questão de problemas com a emissão de guias que, segundo Dr. Antônio Carlos, deve ser uma funcionalidade fácil, prática e amigável. E por último o Conselheiro informou que o questionário apontou a questão de problemas com as audiências por videoconferência, sendo, entretanto, alvo de poucas reclamações, o mostra que estamos nos adaptando bem a esse modelo.

Dr. Márcio afirmou que é sempre bom ouvir quais são os problemas e pontos críticos de nossa atuação, tendo em vista que temos uma noção desses problemas, entretanto, muitas vezes é uma noção enviesada e, por isso, apontou mais uma vez a importância desse diálogo. Com relação à morosidade e transparência, argumentou que a Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3.ª Região - CORE editou no início do ano o Provimento n.º 01/2020 que determina que até o fim de janeiro de 2021 todas as varas e unidades administrativas deverão realizar o mapeamento dos seus processos de trabalho e, com isso, pelo menos os principais processos, bem como os mais repetitivos, terão seus fluxos delineados. Que a ideia é posteriormente disponibilizar os mapeamentos realizados em nossos portais de transparência. Que este trabalho leva tanto à transparência quanto permite verificar quais são nossos gargalos e detectar onde poderíamos atuar para dirimir retrabalhos e lentidão. Com relação ao PJe ponderou que o sistema está longe de ser uma unanimidade, mas seguramente já é bem melhor do que o processamento físico. Lembrou que não é um sistema do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região - TRF3 nem da Justiça Federal de São Paulo. Que por um lado isso é bom pois a sua construção é feita de forma colaborativa, gerando um ganho em escala, pois seus módulos são trabalhados e aperfeiçoados pelos diferentes órgãos da Justiça brasileira. Por outro lado nos limita, pois temos que esperar que todos esses agentes, dentro de seus tempos e ritmos, possam contribuir para sua evolução. Pontuou que o PJe tem muito a melhorar e concordou com o diagnóstico de que é um sistema falho, com uma interface difícil, entretanto, acredita que o prognóstico é bastante favorável. Com relação a

conversão de autos físicos em digitais, lembrou que as próprias partes, quando quiserem, poderão realizar a digitalização do processo, sendo importante que esse tipo de campanha e conscientização seja disseminado pelas instituições sempre que possível.

O Procurador Regional da União na 3.^a Região, Dr. Luiz Carlos de Freitas, iniciou sua manifestação afirmando que essa era a sua terceira participação em nossas audiências públicas, testemunhou que as solicitações apresentadas no evento são efetivamente encaminhadas e implementadas e trouxe, a princípio, duas demandas. A primeira diz respeito à importância de se avançar na unificação dos Sistemas de Processos Eletrônicos da Justiça Federal, com vista a possibilitar a utilização do PJe na tramitação dos processos judiciais dos Juizados Especiais Federais, substituindo o SISJEF. Afirmou que a unificação desses sistemas facilitará e tornará mais eficiente a atuação dos advogados, tanto na área pública quanto privada, na defesa de seus clientes perante a Justiça Federal. A segunda demanda, disse o Procurador, relaciona-se à continuidade do avanço no processo de digitalização de autos físicos com a completa migração para o acervo virtual, haja vista os enormes ganhos de gestão e eficiência obtidos nos últimos anos com esse projeto. A seguir, dada as palavras dos demais colegas, ocorreu-lhe de compartilhar dois desafios vivenciados pela Procuradoria e seus membros na pandemia. Por primeiro, observou que, face a necessidade de trabalho remoto, as estruturas físicas se tornaram ociosas e dispendiosas, gerando, por outro lado, uma demanda ávida por estrutura para atuação na área tecnológica. Que já existe um direcionamento de orçamento na Procuradoria visando a redução de espaços físicos, levantamento do universo de interessados em continuar realizando o trabalho remoto de forma a se organizar as estações de trabalho com distanciamento social. Que, como gestores, estão buscando diminuir custos com estrutura física e aumentar investimentos em *laptops*, redes de *internet*, equipamentos para audiências e reuniões à distancia. Sugeriu assim que, da mesma forma, haja um avanço de adaptação das estruturas físicas dos fóruns da 3.^a Região. O segundo desafio apontado refere-se a mudança na forma de diálogo com o magistrado, na atuação dos processos, gerando certo problema de contato com os mesmos por conta da crise de segurança sanitária atravessada. Explicou que antes da pandemia, quando as audiências ocorriam de forma presencial, o diálogo e solicitações de despacho com o magistrado eram marcados muitas vezes pelo chefe de secretaria e que este procedimento vem enfrentando dificuldades na sua modalidade de despacho por videoconferência. Sendo assim, sugeriu a criação de aplicativo oficial em que pudessem ser agendados horários para despachar com os magistrados. Foi registrado ainda, no que tange à virtualização de processos, que a Procuradoria sempre trabalhou em conjunto com a Justiça Federal colaborando e apoiando o projeto.

Dr. Márcio agradeceu a fala do Dr. Luiz Carlos, assegurando que, se tudo correr bem, a integração de sistemas ocorrerá em 2021. Que para a própria Justiça é difícil trabalhar com vários sistemas. Quanto à digitalização de autos, afirmou que faz parte da mudança de paradigma da Justiça Federal. Fez um convite ao Procurador Regional para que, onde for possível e adequado, possam compartilhar espaços físicos. Que já estamos compartilhando espaços com o Ministério Público Federal e passaremos a compartilhar com a Receita Federal de forma a reduzir gastos da União. Com relação à criação do aplicativo, ponderou ser uma questão que vale a pena ser estudada e que já tivemos um início de tratamento tecnológico nesse sentido. Observou por último que, com o aumento do teletrabalho, nossas instalações ficaram grandes, merecendo uma readequação, entretanto, esbarramos na questão orçamentária e de mão-de-obra qualificada. Portanto, infelizmente, o ritmo no qual essa migração física acontecerá será mais lento do que a migração dos processos de trabalho.

A Procuradora da Fazenda Dra. Raíssa Giusti, representando a Dra. Catheriny Baccaro Nonato, Procuradora Regional da Fazenda Nacional na 3.^a Região, precisou ausentar-se, dado o adiantado da hora e do choque com outro compromisso, entretanto, deixou registrado o endosso integral às palavras do colega de Advocacia Geral da União - AGU, Dr. Luiz Carlos de Freitas, em especial no sentido de incrementar a digitalização dos autos físicos, visto que isso irá possibilitar maior celeridade dos processos em geral e também a otimização dos fluxos internos de trabalho no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional na 3.^a Região.

Foi dada a palavra ao representante do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo - SINTRAJUD, Fabiano dos Santos, que registrou a preocupação com a pouca menção às questões afeitas aos trabalhadores da Justiça, em especial neste momento de pandemia. Lembrou que os servidores vêm enfrentando esse período de teletrabalho que de certa forma assegurou o funcionamento da Justiça e que esta nova realidade traz a necessidade de se garantir uma certa estrutura para as questões de trabalho remoto. Que parte dessa estrutura foi, em alguma medida, transferida aos servidores, proporcionando, inclusive, uma economia em relação a outros aspectos orçamentários que estavam planejados para 2020. Pediu para ouvir quais ideias estão sendo pensadas a respeito da estrutura para o teletrabalho dos servidores e quais medidas sanitárias serão adotadas quando houver um retorno mais efetivo e volumoso aos postos de trabalho. Por fim solicitou informações quanto às adequações e adaptações que serão realizadas nos fóruns por conta desse retorno.

Dr. Márcio pontuou que não houve falta de menção ao assunto, lembrando a manifestação da UGEP que discorreu sobre os projetos colocados em prática no que tange ao teletrabalho. Disse que estamos realizando toda a assessoria possível para que os servidores tenham qualidade de vida em casa. Com relação aos investimentos para o trabalho remoto, advertiu a inexistência de previsão nesse sentido por conta de vedação normativa oriunda do Conselho Nacional de Justiça. Informou, entretanto, que colocamos a disposição dos servidores alguns equipamentos ociosos para serem levados para suas residências na qualidade de comodato. No que tange ao retorno às atividades, salientou que desde o início da parada das atividades presenciais, temos seguido orientações editadas pela equipe médica do Tribunal e do 1.º Grau que tem atualizado todos os protocolos de saúde, em especial os da Organização Mundial da Saúde - OMS e da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Que foi elaborada uma Nota Técnica por nossa equipe de saúde que vem sendo seguida pela Diretoria do Foro e demais órgãos da 3.ª Região para orientar o retorno às atividades. Que conforme a pandemia vai evoluindo essa nota vai sendo atualizada. Informou ainda que hoje as orientações estão sendo todas seguidas e nesse ponto é essencial que não tenhamos uma postura estanque, e sim, evolutiva no preparo ao retorno gradual das atividades. Por último, esclareceu que um dos motivadores para a criação da Resolução PRES n.º 370/2020 dizia respeito a existência de muitos pedidos de relocação e remoção, os quais eram atendidos com a nomeação de novos servidores para os postos, entretanto, desde 2016, com a diminuição sensível do ingresso de novos servidores, houve um engessamento desse processo, sendo, portanto a norma também pensada no sentido de permitir uma maior mobilidade dos servidores da nossa força de trabalho.

A Juíza Federal Dra. Leila Paiva Morrison, na qualidade de coordenadora do Comitê Orçamentário de Primeiro Grau e Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, salientou a mudança de paradigma estabelecida com a implantação do teletrabalho, corroborando o entendimento de que os espaços físicos dos fóruns precisarão ser redimensionados. Entendeu pertinente a questão do acesso aos magistrados trazida pelo Dr. Luiz Carlos de Freitas, mencionando que, como juíza, busca fazer o melhor possível para combater a morosidade. No que toca ao grande volume de materiais armazenados no arquivo, deixou registrada como ideia a experiência passada da Central de Hastas Públicas - CEHAS que, em gestão anterior, vendeu em leilão pilhas de diversos tipos de material que tomavam os espaços do Anexo da Presidente Wilson.

Dr. Márcio concordou que a questão do depósito é uma de nossas grandes dificuldades e que levará um tempo até que possamos saná-la completamente. Que estão sendo estudadas diversas alternativas para a alienação dos bens armazenados. Lembrou que os processos nos quais os materiais foram apreendidos estão arquivados e precisarão ser desarquivados para que o magistrado dê a sua devida destinação. Que é um trabalho grande e que sem dúvidas a CEHAS é um dos órgãos que nos ajudará a gerir esse passivo.

**SUGESTÕES
FEITAS POR MEIO
DOS FORMULÁRIOS
DE INSCRIÇÃO**

Encerrados os debates, Dr. Márcio deu início à leitura das sugestões inseridas nos formulários de participação disponibilizados em nossa *intranet*.

A primeira sugestão apresentada foi formulada pela servidora Deborah Thais Lapini, Técnica Judiciária do Núcleo de Apoio Regional - NUAR de Itapeva, que sugeriu

mudança do teletrabalho na Justiça Federal, sem número máximo de funcionários em trabalho remoto por subseção e sem necessidade de se esperar os três anos de estágio probatório, tornando isso um direito do servidor.

Dr. Márcio informou que a Resolução n.º 370/2020 permite que os servidores em estágio probatório possam realizar trabalho remoto na modalidade de gestão diferenciada, entretanto, alertou que não podemos colocar todos os servidores em teletrabalho ao mesmo tempo, pois uma parte do nosso público, que não tem acesso a advogado ou *internet*, precisa do nosso atendimento presencial. Que é importante incentivar o trabalho à distancia, porém, não podemos esquecer essa parcela da população que necessita de nossa presença nos fóruns. Que a escolha dos servidores que realizarão trabalho remoto cabe ao gestor da unidade pois é ele que conhece a realidade, necessidades e as características do local e do seu público externo, bem como as aptidões dos seus servidores, para fazer uma boa administração disso.

A outra sugestão, formulada pela Assistente Social Perita do JEF de Itapeva, Joana de Oliveira, diz respeito a possibilidade de aumentar o valor da tabela de honorários pagos pelas perícias sociais.

Dr. Márcio esclareceu que nós não temos nenhuma discricionariedade em relação ao teto que foi imposto por norma do Conselho da Justiça Federal - CJF. Que somente podemos executar o orçamento e cumprir os números determinados, fugindo da alçada deste 1.º Grau a sua modificação.

ENCERRAMENTO

Dr. Márcio ressaltou mais uma vez a importância desse diálogo e de ouvir quais são os nossos problemas e dificuldades, de explicar o porquê não fazemos determinadas coisas de outra forma e também de expor nossos projetos, objetivos e metas. Disse que gostaria muito de ter encontrado a todos pessoalmente e que espera que no próximo ano isso possa acontecer. Agradeceu a participação e colaboração de todos, cada um com sua visão e dentro da sua área de atuação. Desejou uma boa tarde e informou que estão anotadas todas as observações e sugestões que serão levadas em consideração para que possamos continuar o nosso trabalho.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Ferro Catapani, Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo**, em 13/11/2020, às 16:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6241060** e o código CRC **A59C6D8B**.